

CDU 551.577.38(812/814)

**O COMPORTAMENTO DOS MIGRANTES E AS ATITUDES DAS
ELITES DURANTE A GRANDE SECA DO NORDESTE:
1877-1879 (*) (**)**

Gerald Michael Greenfield (***)

Se o banditismo e o misticismo representam uma fórmula clássica de resumir a realidade histórica do Nordeste do Brasil, sua imagem gêmea é a das secas devastadoras e das concomitantes migrações oriundas dos crestados sertões para capitais regionais, como Recife e Salvador, e para as grandes metrópoles nacionais do Rio de Janeiro e São Paulo. Encontram-se relatos sobre as secas do Nordeste desde os primeiros tempos da colonização; séculos sucessivos testemunharam a incidência de vários períodos secos. (1) Embora algumas secas tenham sido de intensidade moderada, outras, que pouparam apenas a luxuriante faixa litorânea, assolaram toda a região e duraram anos seguidos. Nenhuma causou mais sofrimentos do que a chamada **Grande Seca** que, durante anos, devastou os complexos algodoeiro e pecuário, sustentáculos da economia sertaneja, e gerou um enorme fluxo migratório, cuja amplitude de destinação se estendeu desde as

(*) Parte desta pesquisa foi apresentada no VIII Simpósio internacional Sobre Urbanização nas Américas. O autor agradece os valiosos comentários de Richard M. Morse e Linda Lewin.

(**) Tradução autorizada pelo autor do artigo "Migrant Behavior and Elite Attitudes: Brazil's Great Drought, 1877-1879", publicado em *The Americas*, v. XLIII, julho de 1986, n.º 1. A tradução foi realizada por Hélio A. Moura, diretor da Divisão de Estudos Populacionais da Fundação Joaquim Nabuco.

(***) Da Universidade de Wisconsin-Parkside

terras borrachíferas do Amazonas até as áreas de expansão dos cultivos cafeeiros no Sudeste. Ademais, pelo aparecimento de doenças epidêmicas, provocou uma mortalidade que se estima ter atingido mais de duzentas mil pessoas. Por esta medida, então, a Grande Seca coloca-se como o "mais caro desastre natural na história do Hemisfério Ocidental". (2)

Embora o flagelo da seca sobre o sertão(3) e sobre os seus habitantes sugira um enfoque rural, o propósito deste ensaio é de se centrar mais numa perspectiva urbana, ressaltando vários dos aspectos fundamentais da interação dos migrantes ou retirantes com o Recife, metrópole regional e capital da (então) província de Pernambuco. O pleno estabelecimento do contexto mais amplo no qual se deu esta interação requereria um elaborado modelo dinâmico que combinasse fatores políticos, econômicos e culturais, que especificasse a natureza dos sistemas urbanos do Nordeste, que identificasse tanto os padrões de articulação regional, como os elos entre o Brasil e o capitalismo em expansão no Mundo Ocidental e, finalmente, que avaliasse os impactos recíprocos destes variados fatores e relações. Assim, por exemplo, de uma perspectiva interna da economia política, poder-se-ia notar que o declínio da economia escravista e açucareira do Nordeste, no século XIX, resultou num deslocamento do poder político e econômico, confirmando a ascensão do Sudeste. (4) Numa relação que tanto evidenciou causa, como efeito, tal deslocamento associou-se ao surgimento do que se pode denominar de uma mentalidade modernizadora/europeizante no Rio e em São Paulo, a qual tendeu a relegar o Nordeste a uma posição de embaraçosa reminiscência do passado colonial. Segundo esta visão, muitos dos problemas da região procederiam de uma combinação entre atitudes tacanhas dos barões do açúcar e responsabilidades inerentes a uma população mestiça.

A presença e a prevalência de tais atitudes anteciparam, em parte, a crescente ampliação e o aprofundamento dos laços do Brasil com o capitalismo ocidental, um fenômeno que, em si mesmo, surgiu tanto de processos internos, como externos. Assim, especialmente durante a segunda metade do século XIX, a estabilidade política do Brasil, a par com políticas relativamente sensíveis do seu Imperador e com a expansão cafeeira, trouxe à nação uma medida de prosperidade e tornou-a um teatro atrativo para os investidores estrangeiros. Ao mesmo tempo, de uma perspectiva externa, pode-se mencionar a supressão forçada do tráfico escravo no

Atlântico, e as necessidades nacionais das economias industriais burguesas de países tais como a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, que os levaram a **estimular** a economia exportadora do Brasil e a maximizar sua própria influência e papel nesse intercâmbio. Como parte deste processo geral, o capital e a tecnologia estrangeira, britânicos principalmente, concorreram para importantes mudanças nas cidades brasileiras. É verdade que as capitais litorâneas tinham funcionado sempre como entrepostos comerciais e como elos de ligação com o mundo “civilizado” da Europa Ocidental.(5) Agora, entretanto, tais cidades haviam crescido em tamanho e em poder. Elas passaram a abrigar os símbolos visíveis do capital estrangeiro, como por exemplo os bancos e as casas exportadoras; tornaram-se os locais preferidos — de fato, até certo ponto, os locais necessários — para residência das pessoas de poder; passaram a ostentar símbolos de modernidade tais como sistemas de iluminação, água, esgotos, transportes urbanos; e de cultura, como teatros, imprensa e universidade; e assumiram maior importância como centros de comunicação dos quais se irradiaram ferrovias e estradas para promover a expansão de produtos primários nos seus “**hinterlands**”.

Embora reconhecendo a importância destes domínios complexos da experiência(7), o presente ensaio intenta objetivos mais modestos. Utiliza a seca como veículo para explorar dois tópicos específicos: os padrões de comportamento dos migrantes e a natureza das atitudes das elites em relação aos mesmos e à política de socorro público que foi implementada. Como se irá sugerir nas conclusões, estes tópicos não só clarificam nossa compreensão a respeito da Grande Seca, mas também possibilitam alguma introspecção sobre as grandes migrações rurais-urbanas no Brasil contemporâneo.

Contudo, antes de prosseguir, é necessário fazer uma descrição geral de abertura, tanto sobre a seca, como sobre a política governamental, a fim de fornecer o pano-de-fundo para a discussão subsequente. A Constituição de 1824 estabeleceu a base legal para o socorro público no Brasil e atribuiu tais funções ao Ministro do Império. Ademais, a Lei Orgânica de 1828, que instituiu os municípios, sugeriu que estes assumissem a responsabilidade pelo bem-estar geral dos seus cidadãos.

Além disto, as funções assistenciais do Ministro já haviam sido exercidas quando de outras emergências, de modo

que sua invocação por motivo da Grande Seca já não representava mais uma novidade. (8) Mas, para os propósitos deste ensaio, mais importante do que a base teórica ou legal dessa assistência, é o modo pelo qual a teoria foi traduzida em política, na execução prática das medidas de socorro.

No Nordeste, a estação invernososa de 1876 foi desapontadora em termos de pluviosidade. O ano seguinte testemunhou, então, uma ausência quase completa de chuvas. Disto resultou rápida e considerável destruição da atividade econômica, com intenso e concomitante crescimento dos preços dos alimentos. Por sua vez, tiveram início as vagas migratórias. O Governo Provincial de Pernambuco estabeleceu, então, uma Comissão Central de Socorros baseada no Recife, bem como várias comissões locais, subordinadas todas a essa unidade central. Os encargos da Comissão Central abrangiam a provisão de socorros em todo o Nordeste, incluindo as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Sob a rubrica de “socorros públicos”, o Ministro do Império abriu créditos para suprir as medidas emergenciais, que incluíam a ajuda direta aos incapacitados para trabalhar, bem como projetos de obras públicas — por exemplo, estradas, cemitérios e açudes — para propiciar empregos aos fisicamente aptos para o trabalho.

A intenção original era levar os socorros às próprias áreas mais afetadas pela seca, de modo a contra-restar o crescimento dos fluxos migratórios. Em outubro de 1877, porém, a Comissão Central apresentou um relatório pessimista destacando a piora das condições no interior, particularmente no alto sertão, situação esta cuja gênese se devia não apenas à continuação da seca, mas também à impossibilidade de levar socorro adequado a lugares tão distantes. Más estradas, falta d'água generalizada, escassez de pastagens, e dificuldades de encontrar pessoas desejosas de arriscar jornada tão árdua constituíam obstáculos insuperáveis.

A Comissão advertiu suas várias subsidiárias locais de que não mais tentaria suprir diretamente tais localidades e determinou que os sertanejos fossem orientados no sentido de procurar aqueles locais mais acessíveis e favorecidos, onde se podia obter sucesso no fornecimento de alimentação, roupas e oportunidades de trabalho. (10) Devido à natureza do território nordestino, assim como aos padrões alimentares e de construção das ferrovias, salvo no caso de áreas ao longo do rio São Francisco, a acessibilidade tendeu a favorecer apenas aquelas povoações relativamente próximas da costa.

A combinação entre a política governamental e os padrões prevaletentes de transporte resultou não apenas na promoção de maior migração, mas também forçou a concentração da mesma em umas poucas áreas. O viés mais profundo deu-se com relação às capitais litorâneas e ao Recife.

Já em setembro de 1877, grande número de migrantes (retirantes) havia chegado ao Recife e, no mês seguinte, a Comissão Central afirmava que o seu número "cresce diariamente".(11) Um fator adicional exacerbou esta situação. Por ser o principal porto regional e a sede de uma das duas principais linhas nordestinas de navegação, o Recife tornou-se a escala necessária para aqueles que procuravam oportunidades no sul do País. Navios repletos de escravos a serem vendidos para as plantações de café e retirantes, também à procura de oportunidades na economia mais dinâmica do Sudeste, demoravam-se por algum tempo no Recife.(12) Embora grande parte da aglomeração assim formada fosse apenas temporária, muitos retirantes parecem haver escolhido permanecer ali. Ademais, quando os retirantes à procura de outras cidades litorâneas nordestinas não achavam socorro adequado, o Recife passava a constituir a alternativa lógica. Cidades litorâneas menores, como Fortaleza e Aracati, virtualmente cercadas por retirantes, apelaram diretamente à Comissão ou ao Presidente de Pernambuco. Em dezembro de 1877, barcos repletos de retirantes procedentes de Fortaleza começaram a atracar no Recife.(13)

O papel regional do Recife oferece explicação para este padrão. A capital pernambucana constituía o principal porto do Nordeste, atuando como centro não apenas para exportações, mas também para o tráfego costeiro. Mercadorias oriundas de outras cidades costeiras menores do Nordeste eram levadas ao Recife, a fim de serem reembarcadas para as cidades maiores do Sul, ou reunidas para embarque externo. A cidade também servia como ponto de intercâmbio para mercadorias importadas e para bens domésticos procedentes do Sul.(14) E, como já foi mencionado, era a sede da Companhia Pernambucana de Navegação, uma das principais linhas nordestinas de transporte marítimo. O Recife também era um lugar-chave das comunicações por terra com o interior, como centro de irradiação, inicialmente, de estradas carroçáveis e, depois, de ferrovias.(15)

Com relação ao próprio Estado de Pernambuco, o Recife ostentava clara desproporção em termos de infra-estrutura institucional e de recursos. Ao falar sobre as condições de

saúde em 1873, por exemplo, o Inspetor Provincial da Saúde Pública lamentava-se de que “na maior parte dos povoados do centro não há médicos, não há boticas, não há nada senão miséria”.(16) Tendo apenas 11 por cento da população da província, o Recife absorvia cerca de 67 por cento do total orçado para os conselhos municipais. Para destacar ainda mais o profundo desequilíbrio assim sugerido, menciona-se que o Recife recebeu, em termos **per capita**, dois mil réis para cada um dos seus habitantes. De todos os demais municípios, somente o de Olinda, já então quase um subúrbio do Recife, chegou a usufruir um único mil réis por habitante. A primazia provincial e regional do Recife, medida por infraestrutura, funções e riqueza, traduziu-se, então, no crescimento da população.(17)

Respondendo à pressão gerada pelo influxo maciço e crescente de migrantes, a Comissão Central autorizou a realização de um grande número de obras públicas na própria cidade, inclusive a ampliação de hospitais e a construção ou remodelação de abrigos.(18) Tais projetos necessitavam não somente de mão-de-obra (suprida pelos retirantes em troca do socorro), mas também de gastos com materiais. Bem rapidamente, o montante das despesas passou a provocar preocupação. A Comissão Central sentiu que não poderia manter tais projetos simultaneamente, tanto na cidade, como no interior. De fato, em março de 1878, foi ordenado que as obras públicas em curso no Recife cessassem no momento em que as respectivas dotações de verbas expirassem, mesmo que isto significasse a suspensão de trabalhos em realização. A política voltava-se agora no sentido de esvaziar a cidade, mediante ênfase no emprego dos retirantes em atividades agrícolas. Desta maneira, de acordo com a racionalidade oficial, eles logo estariam aptos a suprir suas necessidades por meio do seu próprio trabalho, o que permitiria reduzir e, finalmente, eliminar o socorro.(19)

Uma colônia agrícola, a Colônia Socorro, já fora estabelecida nas vizinhanças de Palmares, para servir de modelo a outras povoações e atividades deste tipo.(20) Não obstante, a mudança de política não obteve sucesso em termos da redução do número de retirantes localizados no Recife. Nos meses seguintes, os relatórios da Comissão continuariam expressando preocupação com o fato de estar “aumentando diariamente o número de emigrantes” e prevenindo sobre a crescente ameaça do surgimento de epidemias.(21) A Comissão adotou, então, várias medidas no sentido de reduzir a

superlotação urbana. Uma delas foi a de ordenar o encaminhamento de todos os migrantes fisicamente aptos para a Colônia Socorro e de colocar os retirantes nos plantios de cana-de-açúcar vizinhos. A Comissão, ao oferecer estas sugestões, também indicou o uso da força, se necessário, a fim de compelir a saída daqueles que não quisessem deixar a cidade. (22)

A instalação de uma nova Comissão Central, em junho de 1878, assinalou um abandono ainda mais profundo da política de socorro em favor da ênfase na minimização das despesas. O meio para cumprir tal objetivo mostrou-se simples e direto. Dentro de um período de cinco meses, todos os abrigos públicos foram fechados e aqueles retirantes julgados capazes de encontrar trabalho foram expulsos, deixando de receber qualquer apoio. (23) A Comissão também tentou contratar com proprietários privados a aceitação deles em suas propriedades, provendo-os de sementes, habitação temporária, e materiais necessários para construírem seus abrigos, em troca de quatro dias por semana de trabalho obrigatório. Ao mesmo tempo, a Comissão procurou estimular o regresso aos seus locais de origem dos retirantes desgostosos, fornecendo-lhes alguns suprimentos e fundos para a viagem de retorno.

Com grande satisfação, a Comissão observou, no seu relatório de fim de ano, que a nova forma de encarar o problema havia reduzido bastante as despesas com socorros; ademais, estimou que o número de retirantes existentes no Recife havia-se reduzido de cerca de vinte mil para aproximadamente uma décima parte. (24) Com a chegada do novo ano, permaneceu essa mesma ênfase na limitação dos socorros, não apenas em nível da cidade, mas também de toda a área seca. E, em junho de 1879, a despeito de vários relatórios indicarem que o impacto da seca ainda não se reduzira, o Governo Imperial ordenou a cessação de toda a assistência. (25)

Uma avaliação sumária dos movimentos dos retirantes durante a Grande Seca revela algumas características salientes e padrões gerais compartilhados por eles. Pode-se perceber a importância da unidade familiar; a força atrativa tanto da política governamental, como dos fatores ambientais naturais; e o que se pode denominar de uma abordagem "criativa" em relação às oportunidades, dentro do sistema formal de bem-estar.

A força da unidade familiar emerge claramente através do que os jornais noticiam e dos relatórios públicos que, comumente, não se reportam a retirantes individuais, mas sim a famílias. É característica a referência do Ministro da Fazenda ao Ministro do Império de haver observado que a seca tem causado o deslocamento de "milhares de famílias, mulheres e meninos desamparados".(26) Igualmente, um jornal do Recife da época noticiou o fato de um grupo de retirantes haver buscado refúgio ao pé de uma das pontes da cidade.(27) Composto de três moças, quatro crianças e três homens esqueléticos e mal vestidos, uma investigação subsequente revelou tratar-se de um grupo de duas famílias, inclusive um genro.(28) As estatísticas de mortalidade do principal hospital da cidade também sugerem esse padrão, pois as listagens incluem desde pessoas muito jovens a pessoas muito velhas, mostrando um grande número de óbitos de criancinhas e, às vezes, registrando o que parecem ser, virtualmente, óbitos de famílias inteiras.(29) A Comissão Central de Socorros sempre reconheceu a necessidade de dispor de alojamentos para as crianças e esposas daqueles retirantes doentes ou contratados para trabalhar fora. Esquemas para avaliar o adensamento urbano, mediante localização dos retirantes em terras circunvizinhas ou na Colônia Socorro, também se referem a famílias.(30) Aparentemente, a família mostrou-se uma instituição duradoura e importante na luta pela sobrevivência.

Conquanto abundem relatórios sobre retirantes vagando sem destino e quase enlouquecidos pelas privações, fazem sentido, sob muitos aspectos, os padrões dessas perambulações. Os mais cuidadosos estudiosos contemporâneos da seca do Ceará enfatizam que o conhecimento do sertanejo se prendia a trajetória e locais onde, em secas anteriores, se havia prestado assistência. Olhando para Pernambuco, o padrão geral parece ter sido de os retirantes terem deixado o alto sertão e migrado, inicialmente, para aquelas áreas interiores mais favorecidas em termos de terras agricultáveis e disponibilidade d'água. Com a exaustão ou superpovoamento delas, eles finalmente procuraram as férteis terras do litoral, especialmente o "hinterland" do Recife.

Pode-se argüir que, a racionalidade de tal padrão deveria ter sido aparente aos funcionários governamentais, visto que o mesmo refletiu muito na própria política governamental. De fato, frustrado pela incapacidade de oferecer o socorro diretamente no alto sertão, o Governo estimulou os sertanejos a abandonar a região, ao reunir armazéns e oferecer

oportunidades de trabalho em locais mais acessíveis e mais favoráveis. Em seguida, estabeleceu uma colônia agrícola nas terras mais ricas da zona litorânea. Também usou o Recife como ponto de reunião dos retirantes oriundos das cidades costeiras menores, a fim de serem embarcados para o Sul. Só quando o superpovoamento ameaçou a saúde pública e a segurança da cidade, tentou ele reverter esta lógica natural e estimular um retorno ao sertão. Não constitui exagero, pois, afirmar que algumas das "perambulações" observadas com relação aos retirantes refletiram as alterações e as mudanças da política governamental.

Falhas administrativas complicaram ainda mais os efeitos das mudanças da política governamental. Os esforços assistenciais encetados não se caracterizaram por um funcionamento ajustado da máquina governamental. As remessas de alimentos e de outros suprimentos necessários nem sempre atingiam o destino pretendido ou chegavam a tempo; os montantes reservados para prover os socorros em locais particulares mostravam-se inadequados em relação ao número de pessoas necessitadas; e os navios enviados para deslocar retirantes de uma para outra localidade costeira nem sempre contavam com bastante capacidade de transporte.(31)

Tais falhas podem ser parcialmente comprovadas através de alguns incidentes específicos. Em certa ocasião, foram enviados retirantes do Recife para a Colônia Socorro. Ali, o diretor recusou-se a recebê-los sob a alegação de não dispor de suficientes recursos. Tais retirantes tiveram, então, de retornar a Palmares, um povoado que já se achava abarrotado de migrantes, a fim de serem embarcados por ferrovia de volta ao Recife.(32) Em outra ocasião, o Governo estimulou os retirantes a trabalharem numa linha ferroviária, e logo depois descobriu que o empresário da construção se havia envolvido em várias práticas fraudulentas; urgiu, então, os retirantes a abandonarem o trabalho.(33) Finalmente, pode-se mencionar o início de vários projetos de obras emergenciais de socorro público e, logo após, sua abrupta interrupção quando os recursos se mostraram insuficientes, ou quando as mudanças de política ditaram a abertura de novas frentes de trabalho em outros lugares.

Como faceta final do comportamento dos retirantes, cumpre observar que as ações praticadas dentro e fora da estrutura formal dos socorros revelam uma postura ativa, em oposição a uma passiva. Dentro do sistema, os retirantes mostraram-se adeptos de manipulações destinadas a maximizar

os seus benefícios. Foram freqüentes os casos de alistamentos múltiplos nos postos de socorro patrocinados pelo Governo, a fim de obterem rações adicionais. Assim, as rações que excediam as necessidades de consumo podiam, então, ser vendidas para a obtenção de outros gêneros. Esta mesma prática ocorreu com relação a roupas. Os retirantes expulsos de um abrigo patrocinado pelo Governo na cidade simplesmente procuravam um outro, apresentando-se como recém-chegados. É interessante citar que os moradores pobres do Recife também tentavam conseguir suprimentos, passando por retirantes. Chegavam muitos relatórios do interior dando conta dos chamados “falsos retirantes”, que mendigavam de casa em casa e apresentavam-se, nos armazéns do Governo, como refugiados da seca, mesmo sendo residentes em áreas próximas. (34)

Apesar dos programas governamentais, muitos retirantes permaneceram no Recife, fora dos canais formais da assistência. Alguns procuraram abrigo onde quer que encontrassem um local, contribuindo, assim, para a inchação da população dos mocambos, palhoças construídas nas amplas áreas inundáveis que margeiam os vários rios da cidade. Outros dedicaram-se ao crime. Um relatório policial refere-se, por exemplo, a uma duplicação na taxa de crimes contra o patrimônio e atribui tal crescimento ao influxo de sertanejos e às precárias condições econômicas geradas pela seca. (35)

Não surpreende que os casos de fraude e de crime tenham ultrajado os cidadãos respeitáveis. (36) Tanto a imprensa como os relatórios oficiais não demoraram muito em observar que, embora todos os cidadãos do Império fizessem jus ao socorro, era necessário distinguir os pobres que mereciam daqueles que não eram merecedores. Os “necessitados de verdade” trouxeram à cena o caráter paternalista da sociedade brasileira de fins do século XIX. Relatórios destacavam as condições miseráveis do retirante, os horrores de suas jornadas desde o interior, seu estado de privação — tudo devido a um desastre natural incontrolável. A ajuda, tanto a privada como a pública, forneceu dinheiro para socorrer os doentes: o cuidado com os desafortunados era uma clara obrigação, tanto como ato de caridade cristã, como brasileira. (37)

Com relação aos falsos retirantes e àqueles julgados fisicamente aptos mas que não queriam trabalhar, prevaleceram os julgamentos duros. Caracterizados como preguiçosos ou imprevidentes, os retirantes surgiram, sob esta visão, co-

mo arquitetos de seu próprio infortúnio. Tais pessoas não mereciam caridade e sim castigo. (38) Precisavam ser postos sob estrita disciplina e supervisão a fim de se ter a certeza de que fariam o trabalho para o qual eram capazes.

Estas várias correntes de pensamento vieram à tona em muitas decisões de política. O frade capuchinho que dirigia a colônia para órfãos, por exemplo, recusou-se a receber os primeiros retirantes que ali apareceram, sob o argumento de que eles representavam o segmento menos desejável da população sertaneja, eram “indolentes e preguiçosos”, e em anos anteriores não haviam economizado para enfrentar emergências como esta. (39) Quando os planos para contratar a mão-de-obra retirante deixaram de corresponder às expectativas, a razão freqüentemente oferecida para tal era a aversão do sertanejo ao trabalho pesado permanente. (40) Do mesmo modo, ao se discutir a questão do fechamento dos abrigos ou a colocação dos retirantes em engenhos, a recusa de muitos sertanejos de sair do Recife — recusa esta que estaria baseada na preferência pela vida na indolência — sempre surgiu como uma possibilidade definida. Isto, por sua vez, recomendava a necessidade de uso da força para obrigar a saída dos retirantes. Finalmente, a decisão governamental de passar do socorro direto para a ajuda via trabalho decorreu, em parte, do fundamento de que a preguiça não deveria ser subsidiada e do medo de que a permanência por tão longo tempo na indolência destruísse a iniciativa e o hábito de trabalhar. (41)

Este mesmo conjunto de atitudes manifestou-se tendente a desumanizar os retirantes, de vê-los e tratá-los como objetos. Analisando a discussão e a elaboração dos projetos de socorro, torna-se aparente que, para muitos políticos, servidores governamentais e empresários, os retirantes representavam pouco mais do que uma mercadoria, uma fonte de trabalho pronta para ser explorada. Ao se tratar de esquemas ambiciosos para desenvolver cidades do interior, de estender estradas e ferrovias, de construir edifícios públicos ou das atividades dos contratantes privados, todo mundo queria “uma fatia do bolo”. As palavras do Barão de Jaguaribe, Senador Imperial pelo Ceará, evidenciam o modo franco pelo qual as medidas de socorro podiam ser casadas a interesses próprios. Falando sobre um projeto de obras públicas que envolvia a ampliação de uma linha férrea de Fortaleza, capital da Província, para a cidade de Baturité, ele afirmou: “É um socorro que tem por fim, não só dar trabalho e assim evitar

que uma população numerosa soffra o abatimento que ordinariamente resulta do facto de receber esmola, como ao mesmo tempo aproveitar as circumstancias para a realização de obras de que a provincia muito precisa, por preço muito menor de que em qualquer occasião se poderia obter".(42)

À medida que os esquemas e os planos se multiplicavam e um projeto ia substituindo outro, os retirantes eram transportados daqui para ali, embarcados de um porto para outro, carregados e descarregados como fardos. Bem pouca consideração se prestou às conseqüências humanas ou pessoais deste processo. Quando foi decretada a cessação do socorro, somente ameaças potenciais à ordem pública poderiam forçar algum tipo de mudança. E, em toda parte, uma elite que, por si mesma, desdenhava o trabalho manual, falava das enobecedoras qualidades do trabalho pesado.(43)

Tais atitudes que, a par com as características dos retirantes sem destino, representam a visão da sociedade tomada a partir dos seus estratos superiores, podem ser atribuídas a muitos fatores.(44) A distinção entre litoral e interior, de há muito marcante na tradição brasileira, claramente se situa como um fator importante. Em certo nível, tal separação revelava uma falta de conhecimento. Posto de forma simples, enquanto as elites residentes no litoral podiam romantizar, mitificar ou estigmatizar o interior, raramente elas arranhavam sua realidade.

Para alguns, por exemplo, o sertão desfrutava de um ambiente essencialmente saudável e generoso. Assim, eram as deficiências dos sertanejos, bem mais do que o clima ou a topografia, os principais fatores impeditivos de um sertão florescente. Um influente membro de uma comissão constituída pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para investigar os problemas do sertão concluiu que "as atitudes e a inércia dos sertanejos eram mais responsáveis pelos seus problemas do que a seca".(45) De modo semelhante, enquanto o vaqueiro vestido de couro permanecia como símbolo do Nordeste, alguns brasileiros afirmavam que a economia pecuária, com sua ausência de atividade rotineira, explicava a preguiça do sertanejo.(46) Contudo, no momento em que tais opiniões eram expressas, os sertanejos, em sua maioria, já não mais pertenciam à civilização do couro: já se haviam tornado agricultores de subsistência.(47) Também o fato de as maiores secas assolarem a região virtualmente a cada dez anos, enquanto estiagens menos intensas ou localizadas mui-

tas vezes marcavam o intervalo entre as secas mais fortes, nega qualquer assertiva favorável à benignidade do clima.

O julgamento daquele frade capuchinho sobre os primeiros retirantes, como sendo representativos dos mais imprevidentes, indica pouco conhecimento a respeito da estrutura da atividade econômica no sertão. A acumulação de excedentes nunca foi fácil para a maioria dos seus habitantes, presos de várias formas a relações de trabalhos subordinados e, quando muito, com ténue acesso à terra agricultável. (48) Ademais, antes da Grande Seca, muitos daqueles sertanejos melhor sucedidos que se haviam beneficiado de uma pequena fase de expansão da agricultura algodoeira, viram suas fortunas declinar à medida que a produção do Sul dos Estados Unidos se recuperava após a Guerra da Secessão. Condições de subsistência e existência marginal caracterizavam grande parte da região: quando os suprimentos governamentais eram enviados em resposta à seca, os representantes locais das comissões de socorros indagavam se poderiam também distribuir as rações aos habitantes permanentes das áreas receptoras, cujas condições de vida se mostravam pouco melhores que as dos retirantes. (49) A incapacidade que tinha a maioria dos povoados dessas áreas de absorver os migrantes atesta a falta generalizada de excedentes.

A distinção entre litoral e interior também significava uma distinção entre civilização e barbárie, entre modernidade e atraso. (50) Muito do desenvolvimento brasileiro do século dezenove revelou profundos vieses espaciais, não somente entre Nordeste e Sudeste, mas entre capitais costeiras aburguesadas e povoados interioranos estáticos. Assim, à medida que o Recife ia se tornando crescentemente sofisticado, com a ampliação de suas atividades e laços culturais e comerciais com a Europa, e passava a ostentar melhorias tais como bondes, sistemas de água encanada e esgotos, iluminação a gás e novas avenidas, todos os seus habitantes, mais especialmente a elite, distanciavam-se cada vez mais das circunstâncias de vida da população que residia nos sertões. De fato, Gilberto Freyre relembra que, no tempo do seu avô, o ingresso de sertanejos na cidade constituía um espetáculo divertido, provocando sentimentos não muito diferentes daqueles associados à chegada de um circo na cidade. (51)

Na medida em que o Brasil, durante a parte final do século dezenove, abraçava os princípios do positivismo, as noções iluministas do progresso e o concomitante racismo de pensadores como Buckie e Spencer, os sertanejos tornavam-

se não apenas meras curiosidades de um período ultrapassado, mas obstáculos ao próprio progresso da nação.(52) As instituições representativas da cultura nacional, localizadas principalmente no Rio e afetadas por marcante influência da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, destacavam o grande potencial da nação, ao mesmo tempo que lamentavam as inadequações, tanto intelectuais como morais, de grande parte da população nacional.(53) Influenciadas por noções de progresso material, vendo na imigração européia uma fonte bem-vinda para a melhoria genética da população nativa, as elites brasileiras, tanto do Rio como do Recife, estavam preparadas não só para considerar a irracionalidade, a ignorância e a indolência como características básicas do homem do interior, mas também para assumir o inquestionável direito de legislar, elaborar políticas e decidir o que era melhor para as massas.

Tais noções, sejam elas chamadas de paternalismo ou de patriarcalismo, originaram-se não só de atitudes importadas da Europa, mas também de noções domésticas de classe social. A natureza hierárquica da sociedade brasileira, admiravelmente captada nos títulos dicotômicos das obras de Gilberto Freyre — **Casa-Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos** — longe de diminuir, elevou-se durante o surto brasileiro de progresso ocorrido no século XIX; o desenvolvimento refletiu um viés contra a massa e em favor da classe. Assim, por exemplo, as instituições de ensino mostraram considerável crescimento, mas a estrutura educacional enfatizou o nível superior — faculdades de direito e escolas de medicina — em detrimento da ampliação do ensino primário. Conforme observou uma autoridade, “esta educação de tipo aristocrático foi destinada ao preparo de uma elite, em vez de ser uma educação para o povo”.(54) Os que emergiram desse sistema não poderiam deixar de perceber a si mesmo como pertencentes a um nível superior.

Para essas pessoas, o sertanejo mostrava todos os sinais das ordens sociais inferiores: analfabetismo, comportamento rude, vestuário grosseiro e, freqüentemente, pele mais escura. O mais danoso, talvez, tenha sido o fato de ele haver passado a se dedicar ao trabalho físico justamente na ocasião em que o trabalho manual sofria indelével associação com a escravidão. Já que os membros das classes inferiores possuíam naturezas inferiores, o que, em parte, explicaria sua posição na estrutura de classe, seriam eles capazes de cometer não só pequenos crimes e fraudes, mas também violência

selvagem, sendo olhados como incapazes de discernir corretamente quanto a ações que viessem em favor dos seus próprios interesses de prazo mais longo. A importância de uma estreita supervisão e o receio de desordens, logicamente surgiram, então, como importantes elementos na política governamental, como também o foi a tendência de ignorar os custos humanos decorrentes das freqüentes mudanças de objetivos. E, claramente, o desenvolvimento da política ocorreria dentro de um contexto no qual os próprios migrantes seriam vistos como pessoalmente culpados pela criação dos problemas e, em seguida, de obstruírem a sua solução.

Tais atitudes, juntamente com outros processos associados à Grande Seca, parecem se tratar de assuntos dos dias atuais. Significa dizer que, até certo ponto, teríamos sido testemunhas de uma espécie de "ensaio geral" para o espetáculo das grandes migrações rurais-urbanas do século XX. Ainda se percebem caracterizações dos migrantes pobres como seres inferiores ou irracionais. Também é perceptível a oposição entre as visões focadas de cima, em contraste com as focadas de baixo, conflito este que transforma estratégias racionais de maximização de comportamento, vistas da perspectiva do migrante, em desonestidade ou falta de disposição para pegar no trabalho pesado, aos olhos da elite.(55) As reais dificuldades existentes para se desenvolver uma estratégia coerente que possa responder as pressões geradas pela migração maciça, assim como a aparente inevitabilidade da grande metrópole como centro receptor final, também parecem dignas de nota.

Como ponto final, embora desencorajador, vem à luz a natureza cíclica dos movimentos humanos e a transferência de recursos. Os retirantes deixaram seus locais de residência à procura de socorros mas só encontraram soluções de curto prazo ou paliativos. No fim, restaram-lhes duas opções: o retorno ao local de origem, a fim de aguardar a próxima seca ou a próxima depressão, ou a procura de oportunidades de trabalho nas cidades litorâneas ou em outros locais economicamente dinâmicos. Em qualquer um destes casos, porém, nenhuma solução estrutural surgiu. Deveras, o fato de o final da Grande Seca haver encontrado imutável a realidade nordestina, pode permanecer muito bem como uma metáfora para grande parte das políticas de desenvolvimento e bem-estar público do Brasil contemporâneo. Não têm ocorrido mudanças estruturais permanentes; ao invés, recicla-se a pobreza e exacerbam-se ou se mantêm os desequilíbrios regionais e entre classes sociais.

NOTAS

- 1) Fernão Cardim escreveu sobre uma seca ocorrida no Nordeste no remoto ano de 1583. Veja-se **Tratado da Terra e da Gente do Brasil**. Rio de Janeiro, 1925. Foram registradas secas significativas nos anos de 1605|06; 1614; 1692; 1711; 1721|25; 1736|37; 1745|46; 1754; 1777|78; 1790|93; 1804; 1816|17; 1824|25; 1830 e 1844|45. Guarino Alves **Janela para o Nordeste**, (Fortaleza: 1960), p. 24.
- 2) Roger L. Cuniff, "The Great Drought: Northeast, 1887;1880, "dissertação de doutorado, Universidade do Texas, Austin, 1970, p. 283. Esta assertiva fundamenta-se na afirmação de Cuniff de que uma estimativa conservadora é a de terem ocorrido 220.275 óbitos. Sua conclusão baseia-se em dados estatísticos de 1878 para o Ceará e outros locais selecionados em toda a área seca, e em estimativas para 1877 e 1879.
- 3) Uma definição precisa de sertão como sendo apenas o "interior" (backlands) não se coaduna com suas conotações mais amplas e seus significados mais ricos, pois o sertão, no Brasil, por muito tempo, permaneceu uma área de mistério, uma terra quase separada do resto mais povoado da nação. Far-se-á, posteriormente, referência a este ponto ao se considerar as atitudes das elites sobre os sertanejos, isto é, os residentes nas "backlands".
- 4) O termo Sudeste usado neste ensaio inclui o triângulo dinâmico de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, cuja importância se tornou crescente durante a última parte do século XIX, e dominou o Brasil durante a República Velha.
- 5) Jorge Enrique Hardoy, "City and Countryside in Latin America: An Analysis of Social and Economic Relations", in Joseph S. Tulchin, ed. **Latin America in The Year 2000** (Reading, Mass., 1975), p. 232. Hardoy observa que "Recife, Natal, Salvador e outras cidades nordestinas foram centros administrativos e de serviços para um interior esparsamente habitado e pouco conhecido, mas que atuaram principalmente como pontos de intercâmbio e contato com Portugal e Europa, onde o açúcar brasileiro se tornou um monopólio.

- 6) Para uma boa discussão sobre o desenvolvimento urbano, ver Richard M. Morse, "Cities and Society in 19th Century Latin America: The Illustrative Case of Brazil", **Proceedings of the 37th International Congress of Americanists**, Vol. 1, pp. 303-322.
- 7) Além daqueles já mencionados, há outros processos que constituem partes importantes do contexto no qual a Grande Seca ocorreu. Entre eles, incluem-se o crescimento da cotonicultura e o declínio da pecuária nordestina; o surgimento de uma zona geoeconômica, o agreste; a exploração do extrativismo da borracha, na Amazônia; e padrões cambiantes de organização política e social que se refletiram em eventos tais como o Quebra-Quilos e, posteriormente, Juazeiro e Canudos. Sobre os padrões cambiantes de uso da terra e a emergência do agreste, veja-se Roderik Barman, "The Brazilian Peasantry Reexamined. The Implications of the Quebra-Quilo Revolt. 1874|1875". **Hispanic American Historical Review**, 57 n.º 3 (ago., 1977), 401-424. É fundamental, para a compreensão de tais padrões e processos a eles associados, o livro de Manuel Correia de Andrade, **A Terra e o Homem no Nordeste**, 2a. ed. (São Paulo, s.d.). Com respeito ao Quebra-Quilos, um distúrbio surgido no Nordeste devido ostensivamente à tentativa de introdução do sistema métrico mas, mais recentemente interpretado como representativo de um protesto social de cunho mais profundo, veja-se, além de Barman, Armando Souto Maior, **Quebra-Quilos, Lutas Sociais no Outono do Império** (São Paulo, 1978). O chamado Milagre de Juazeiro do Norte ocorreu em 1889, quando uma hóstia sangrou na boca de uma comungante. O pároco local, Padre Cícero Romão Batista, tornou-se depois uma poderosa figura política. Veja-se Ralph Della Cava, **Miracle at Joazeiro N.Y.**, 1970. O famoso episódio do místico Antônio Conselheiro e seus seguidores de Canudos é assunto da obra-prima de Euclides da Cunha, **Os Sertões**.
- 8) Cuniff, "Great Drought", pp. 132-133.
- 9) *Ibid.*, p. 142.
- 10) "Da Comissão Central de Socorros ao Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província, em

15 de outubro de 1877". **Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Recife** (doravante APEP). Da, 33.

- 11) "Da Comissão Central de Socorros ao Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província, em 1.º de setembro de 1878". "Da Comissão Central de Socorros ao Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província, em 2 de novembro de 1877", **APEP**, Da, 33.
- 12) Várias reportagens de jornais noticiaram a partida e a chegada de navios com grande número de retirantes e escravos. O **Jornal do Recife** de 7 de julho de 1878 menciona, por exemplo, a chegada do paquete Bahia, em trânsito para o Rio, com 476 escravos para venda, o maior embarque isolado, até aquela data, "do norte do Império para a corte". Este mesmo navio transportava cerca de 150 retirantes, dos quais 17 desembarcaram, enquanto os demais seguiram viagem em um navio francês, em demanda aos portos do sul. Outra notícia (**Jornal do Recife**, de 9 de maio de 1879) refere-se à partida de um navio com 327 escravos para serem vendidos no Rio, e nela também se comenta: "Decididamente o norte do império vai ficar sem escravos, porque a necessidade e o comércio de **vender a humanidade** os vai emigrando para o sul".
- 13) O **Jornal do Recife**, de 15 de dezembro de 1877. reimprimiu da Folha Oficial do Presidente Provincial o seguinte: "Accedendo as repetidas reclamações da presidencia do Ceará, a braços com o numero avultadissimo de cerca de 30.000 retirantes, na capital e proximidades, acaba de concordar com o Sr. Gerente da Companhia Pernambucana a ida alli de dous de seus vapores, com o fim de conduzirem, para Pernambuco ou Bahia, o maior número possível de retirantes..."
- 14) Informações sobre o papel do Recife como centro comercial nessa época encontram-se nos vários relatórios da Associação Comercial Beneficente. Uma impressão sobre esta função pode ser captada em um relatório do Presidente Provincial, de 1876 (**Relatório com o que o Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes passou a Administração Provincial ao Exmo. Sr. Dr. Clementino da Cunha no dia 1.º de maio de 1876**) (Pernambuco, 1876),

que menciona: “Recife ostenta um comercio externo ativo e oferece artigos estrangeiros diretamente para as províncias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará”.

- 15) Para uma discussão sucinta sobre o desenvolvimento do Recife no século XIX, veja-se Manuel Correia de Andrade, **Recife: Problemática de uma Metrópole de Região Subdesenvolvida** (Recife, 1979), pp. 85-97.
- 16) “Ao Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira Andrade, Ministro do Império, do Dr. Pedro de Atahyde Lobo Moscozo, 31 de janeiro de 1873”, **APEP**, Saúde Pública.
- 17) Estes dados foram calculados com base nas estatísticas de população contidas em Brasil, Directoria Geral de Estatística, **Relatório e Trabalhos Estatísticos Apresentados ao... Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral... em 31 de dezembro de 1876** (Rio de Janeiro, 1877). Os orçamentos foram extraídos da lei provincial 1.291, de 30 de setembro de 1878. Do orçamento de 323:833\$490 para todas as câmaras municipais, a do Recife recebeu 199:550 \$524. Diz bem sobre isto o fato de o valor orçado para o cemitério do Recife — 17:688 \$000 — exceder o orçamento total autorizado para qualquer um dos demais municípios de Pernambuco.
- 18) “Da Comissão Central ao Sr. Desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel. Presidente da Província, em 1.º de fevereiro de 1878”, **APEP**, Da 35, vol. 2.
- 19) “Da Comissão Central ao Dr. Adelino de Luna Freire, Vice-Presidente da Província, em 1.º de março de 1878”. **ibidem**, 13 de abril de 1878, **APEP**, Da 35, vol. 2.
- 20) A data oficial de fundação foi 7 de abril de 1878. A população de 600 indivíduos elevou-se para cerca de 3.000, no mês seguinte. Cuniff, “**Great Drought**”, p. 253.
- 21) “Da Comissão Central ao Dr. Adelino Antônio de Luna Freire, Vice-Presidente da Província, em 10 de maio de 1878”; **ibid.**, 16 de maio de 1878, **APEP**, Da 35, vol. 2.
- 22) **ibid.**, 1.º de maio de 1878.

- 23) “Da Comissão Central ao Dr. Adolpho de Barros, Presidente da Província, em 22 de julho de 1878”, **APEP**, Da 35, vol. 2. A comissão relatou “que ha empregado todos os esforços para que tenham exito as providencias tomadas por V. Exa. no intuito de acelerar o regresso dos emigrantes as suas antigas residencias”. **Ibid.**, 9 de agosto de 1878.
- 24) **Relatório da Comissão de Socorros aos Indigentes Vítimas da Seca** (Pernambuco, 1878), pp. 4-8.
- 25) Em outubro de 1878, o Ministro do Império enviou uma circular aos presidentes provinciais do Nordeste, na qual, após mencionar a atenuação da seca e o crescimento de suprimentos em áreas por elas afetadas, ordenou, por isto, entre outras coisas, que todos os retirantes que ainda estivessem mantidos pela despesa pública fossem mandados de volta às suas residências originais; que todos os pedidos de alimentos fossem dirigidos aos Governos e não mais às comissões; e que somente despesas “que tivessem a mais intima ligação com a sêcca” fossem autorizadas. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho** (Rio de Janeiro, 1878), p. 120. A suspensão do socorro imperial também impeliu a cessação da maioria de todos os projetos relativos à seca, assim como a dissolução da Comissão Central. **Jornal do Recife**, 1.º de julho de 1878... Cuniff, “**Great Drought**”, p. 255. Créditos de emergência garantidos através de suplementações permitiram a continuação de algum socorro, em Pernambuco, conquanto em nível bastante reduzido, até maio de 1880. **Ibid.**, p. 265.
- 26) **Jornal do Recife**, de 13 de julho de 1879.
- 27) **Ibid.**, 28 de setembro de 1878.
- 28) **Ibid.**, 30 de setembro de 1878.
- 29) Uma lista de pessoas enterradas às expensas públicas durante um semestre de 1878 mostra um total de 1.589, das quais 20% tinham até 10 anos de idade; aproxima-

damente 8% tinham idades de 60 anos ou mais. Empresa Funerária, **Relação dos retirantes falecidos e conduzidos em carros fúnebres para o cemitério público...** APEP, Santa Casa, 16. Um exemplo representativo é uma reportagem de jornal da época (**Jornal do Recife**, 17 de julho de 1877) que noticia estarem residindo nas ruínas de uma casa do Recife, “quarenta pessoas, entre homens, mulheres e crianças, vindas do sertão”. Cuniff, **Great Drought**, cap. 5, *passim*, também destaca a força dos laços familiares.

- 30) Por exemplo, o Vice-Presidente Provincial referiu-se à necessidade de ser construído um novo hospital na Ilha do Pina para aquelas pessoas doentes que não podiam ser acomodadas no já superlotado hospital Pedro II, o principal da cidade. Ele advertiu também sobre a necessidade de um abrigo provisório naquela ilha para alojar as famílias dos doentes. **Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Adelino Antônio de Luna Freire, 1.º Vice-Presidente, passou ao Exmo. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, Presidente.**
- 31) Por exemplo, o **Jornal do Recife**, de 4 de junho de 1878, noticia a chegada do navio Dantas, trazendo do Ceará 1.424 retirantes, e menciona que, além destes, também vinham 24 outros que faleceram durante a viagem. O Jornal também observa que, “sem espaço suficiente para acomodar tão grande numero de pessoas, vinham ellas amontoadas, por dizer assim e no meio da repugnante esterqueira”. Em caso semelhante, envolvendo o navio Marquez de Caxias, o capitão dos portos da cidade descreveu o comandante do navio como sendo “ávido de dinheiro”, pelo fato de o mesmo haver aceito 1.448 retirantes, quando a capacidade máxima do navio, em casos de “grande urgência”, só poderia acomodar 800. “De Manuel Ricardo da Cunha Souto ao Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti Lacerda, Presidente da Província, em 5 de junho de 1878”. **APEP**, Porto do Recife, 15. O capitão afirmou haver contratado o transporte de 800 a 1.000 retirantes, mas ter sido forçado a trazer os demais, inclusive pessoas doentes, pelas autoridades de Aracati. **Jornal do Recife**, 3 de junho de 1878.
- 32) “Do Juiz de Direito e Presidente da Comissão de Palmares ao Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda,

Presidente da Província, em 17 de junho de 1878". "Ao Presidente da Comissão, Juiz de Direito de Palmares, do Diretor da Colonia Socorro, em 17 de junho de 1878". **APEP**, Da 35, vol. 2.

- 33) Os salários só eram pagos mensalmente e, durante esse período, os trabalhadores eram forçados a comprar alimentos no armazém da companhia. "Ao Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha, da Comissão Central, em 1.º de setembro de 1877", **APEP**, Da 33. O empresário também foi acusado de pagar em **vales**, em vez de fazê-lo em dinheiro. "Ao Dr. Clementino Carneiro Cavalcanti da Cunha, da Comissão Central, 25 de maio de 1877, **ibid**.
- 34) Sobre um caso de fraude de rações alimentares e outros abusos, veja-se o **Relatório** de 1879 do Presidente da Província (Recife, 1879), p. 9. O Inspetor de Saúde da Província queixou-se ao Presidente de Pernambuco (Ao Dr. Adolpho de Barros, do Dr. Pedro d'Attahyde Lobo Moscozo, em 12 de julho de 1878, **APEP**, 4 de setembro) que os retirantes vendiam suas rações extras "por qualquer preço para entregarem-se ao jogo e à embriaguez, como não é raro encontrá-los cada vez em deplorável estado". Sobre os "falsos retirantes", veja-se "Ao Presidente da Província, do Dr. Pedro d'Attahyde Moscozo, em 18 de junho de 1878", **APEP**, SP 4, e **Jornal do Recife**, 29 de agosto de 1877.
- 35) O **Relatório** de 1877 do Presidente da Província (Pernambuco, 1878, p. 6) menciona que, em 1876, os crimes públicos totalizaram 283, ao passo que, de janeiro a novembro de 1877, o número subira para 486. O Relatório afirma que: "Avultam os crimes contra a propriedade. É o que se devia esperar nas atuais condições da província".
- 36) Deve-se mencionar, entretanto, que o ultraje também se manifestou contra os aproveitadores e comerciantes que tiravam partido dos esforços assistenciais, inclusive contra os negociantes de farinha e de carne e pessoas que inflacionavam o número de retirantes aos seus cuidados a fim de receberem suplementações.
- 37) O Conselho Municipal do Recife nomeou comissões dirigidas por vários cidadãos proeminentes para solicitar do-

nativos nas paróquias da cidade, com publicações de nomes e totais coletados... O **Jornal do Recife** (26 de setembro de 1877), noticiou: "A Camara Municipal fazendo publico este acto de philantropia e caridade agradece aos distinctos cidadãos que tão dignamente cumpriram essa missão, tornando-se dignos de louvor e honrosa menção". Igualmente, uma carta da Comissão Central dirigida ao Presidente Provincial (9 de junho de 1877), **APEP**, Da 33, relatando o influxo de doações, observou que, nem a crise comercial e financeira com a qual a provincia fora afligida, nem o fato de haverem sido recentemente arrecadadas contribuições para ajudar as vítimas das enchentes ocorridas em Portugal, assim como as vítimas da seca em outras provincias do norte, "poderam impedir que a caridade dos pernambucanos ainda desta vez se manifestasse a favor dos desvalidos".

- 38) Um bom exemplo dessas atitudes pode ser encontrado em um editorial do **Jornal do Recife**, de 23 de junho de 1879, o qual observa que, enquanto a Constituição já fizera o seu dever no sentido de evitar que os sertanejos viessem a morrer de fome, o preço disto deveria ser pago pelos que pudessem trabalhar. Assim sendo, por questões de justiça — econômica, moral e distributiva — o socorro gratuito só deveria ser fornecido àqueles "que estivessem incapacitados para o trabalho e, com relação aos fisicamente aptos, somente em troca de serviços prestados à sociedade".
- 39) "Directoria da Colonia Orphanológica Isabel, em 31 de janeiro de 1878. Do Diretor Frei Fidelis Maria de Fognano ao Presidente de Pernambuco (Apêndice ao Relatório de 1878 do Presidente Provincial, pp. 17-23)", p. 20.
- 40) **Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Adolpho de Barros Calvalcanti de Lacerda, Presidente da Provincia, Abrio a Sessão da Assembléa Legislativa em 19 de dezembro de 1878** (Recife, 1879), p. 52. Veja-se também uma estória intitulada "Povoado da Preguiça" no **Jornal do Recife**, de 24 de setembro de 1878
- 41) Um exemplo de sugestão para o uso de força encontra-se em "Ao Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, Vice-Presidente da Provincia, da Comissão Central, em 10 de

- maio de 1878", **APEP**, Da 35. Abundam discussões sobre a necessidade de fazer do trabalho um requisito, a fim de se evitar a "ociosidade". Veja-se, como exemplo representativo, o "Relatório de 1878 do Presidente da Província", p. 4. O Ministro do Império, revisando a política adotada em 1878, observou casos de conflitos provocados por retirantes e atribuiu os mesmos ao fato de "haverem perdido o hábito do trabalho pelos auxílios públicos durante muitos meses". **Relatório... Pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império** (Rio, 1878), p. 120.
- 42) Brasil, Congresso Nacional, Senado Federal, **Anais do Senado do Império do Brasil**, 1-20 legislatura, 25 de junho de 1877, v. 1, p. 220.
- 43) Veja-se, por exemplo, **Jornal do Recife**, 1.º de julho de 1879. O **Relatório** acima citado do Ministro do Império (p. 121), falava do trabalho como o "único que pode dar-lhes dias de felicidade e de engrandecimento".
- 44) Um tratamento exaustivo sobre a gênese e o desenvolvimento das atitudes das elites excede os bem modestos deste artigo. O autor acha-se dedicado a um projeto de longo prazo focalizando este assunto.
- 45) Cuniff, "**Great Drought**", p. 69.
- 46) **Jornal do Recife**, 31 de dezembro de 1878, reportando-se à sessão do Congresso Agrícola de 7 de outubro de 1878.
- 47) Cuniff, "**Great Drought**", p. 96.
- 48) Mais uma vez, a melhor discussão geral sobre os padrões de trabalho no Nordeste é a de Manuel Correia de Andrade, **A Terra e o Homem no Nordeste**. Veja-se também Djacir Menezes, **O Outro Nordeste: Ensaio Sobre a Evolução Social e Política do Nordeste da Civilização do Couro e Suas Implicações Históricas nos Problemas Gerais**, 2a. ed., refundida e aumentada (Rio de Janeiro, 1970).
- 49) Veja-se, por exemplo, "Da Comissão Central ao Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província, em 16 de julho de 1877", **APEP**, Da 33, 1877.

- 50) A colocação clássica original deste tema é, naturalmente, a do **Facundo**, de Domingos Faustino Sarmiento.
- 51) Um reconhecimento contemporâneo a respeito deste “hiato de desenvolvimento” aparece em forma de uma carta da cidade de Pesqueira, no interior de Pernambuco, publicada no **Jornal do Recife** de 9 de junho de 1877: “Quando vejo a nossa capital com tanta iluminação, tanto bonde... e vejo os municípios sem uma estrada, sem um edifício..., sem uma casa de açogue...” Gilberto Freyre, “Social Life in The Middle of the Nineteenth Century”, **Hispanic American Historical Review** 5, no. 4, 1922:597-630, p. 605, observa que as cidades do interior permaneceram virtualmente inalteradas pelo progresso — “de fato, medievais” — até que as ferrovias penetrassem no interior. Sua observação sobre a entrada dos sertanejos na cidade está contida nesse mesmo ensaio, pp. 603-604. Ele também observou que o sertanejo dos anos cinquenta era mais pitoresco do que o sertanejo de hoje em dia.
- 52) O darwinismo social sugeriu uma forte associação entre raça e realização, influenciando muitas teorias sobre civilização e desenvolvimento. Uma boa discussão sobre os impactos específicos dessas teorias no Brasil do século XIX encontra-se em Thomas E. Skidmore, **Black Into White, Race and Nationality in Brazilian Thought** (N. York, 1974) e em E. Bradford Burns, **Nacionalism in Brazil: A Historical Survey** (N. York, 1968). Veja-se também E. Bradford Burns, “Ideology in Nineteenth Century Latin American Historiography”, **Hispanic American Historical Review**, 58, no. 3, 1978: pp. 409-431.
- 53) Sobre o desenvolvimento das instituições e cultura nacionais, veja-se Azevedo, **Brazilian Culture**.
- 54) *Ibid.*, p. 381.
- 55) Para uma discussão sobre os diferentes pontos de vista, veja-se Janice Perlman, **The Myth of Marginality, Urban Politics in Rio de Janeiro** (Berkeley e Los Angeles, 1976) e Alejandro Portes e John Walton **Urban Latin America, The Political Condition from Above and Below** (Austin, 1976).

